

AUGUSTO MAGANHA BARBOSA
PAULO SÉRGIO FRACALANZA

UMA REESTRUTURAÇÃO ECOLÓGICA: A ECOLOGIA POLÍTICA DE ANDRÉ GORZ

Recebido em 24/02/2021

Aprovado em 13/05/2021

UMA REESTRUTURAÇÃO ECOLÓGICA: A ECOLOGIA POLÍTICA DE ANDRÉ GORZ

Resumo

Este artigo tem como objetivo revisitar alguns dos argumentos de André Gorz sobre a urgência de uma mudança radical na forma de organização de nossa sociedade, marcada pela “atual crise do capitalismo”. Na leitura de Gorz, o capitalismo já teria alcançado limites externos e internos insuplantáveis e apenas sobreviveria por meio de subterfúgios, cada vez menos efetivos, para evitar a crise de suas categorias fundamentais: o valor, o trabalho e o capital. Em sua forma atual, prossegue, o capitalismo não seria capaz de ampliar as liberdades substantivas, nem tampouco proporcionar um horizonte material mais alentado para a maioria dos trabalhadores, a despeito das imensas possibilidades trazidas na esteira dos processos de informatização e de robotização. Consequentemente, Gorz sustenta que a solução para este dilema civilizatório encontra-se na perspectiva da ecologia política, alicerçada numa reestruturação que preze tanto pela redução do tempo de trabalho, quanto pela mudança na relação dos sujeitos com os outros e com a teia da vida em nosso planeta.

Palavras-chave: ecologia política; André Gorz; redução do tempo de trabalho.

AUGUSTO MAGANHA BARBOSA

Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4927-6396>

E-mail: augustomaganha@gmail.com

PAULO SÉRGIO FRACALANZA

Livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8395-981X>

E-mail: fracalan@gmail.com

Abstract

This article aims to revisit some of André Gorz's arguments about the urgency of a radical change in the way our society is organized, marked by the "current crisis of capitalism". In Gorz's reading, capitalism would have already reached insurmountable external and internal limits and only survives through subterfuges, less and less effective, to avoid the crisis of its fundamental categories: value, labor and capital. In its current form, he continues, capitalism would not be able to expand substantive freedoms, nor provide a better material horizon for the majority of workers, despite the immense possibilities brought about in the wake of the computerization and robotization processes. Consequently, Gorz maintains that the solution to this civilizing dilemma lies in the perspective of political ecology, based on a restructuring that cherishes both the reduction of working time and the change in the relationship of individuals with others and with the web of life in our planet.

Keywords: political ecology; André Gorz; reduction of working time.

I. Introdução

Aunque no podemos adivinar el tiempo que será, sí que tenemos, al menos, el derecho de imaginar el que queremos que sea.

Eduardo Galeano, **El derecho al delirio**

O futuro é aquilo que está por vir, é como o mundo estará passado algum tempo. Julga-se conhecer o passado, vive-se o presente, mas para o futuro só há previsões. Como forma de tornar estas previsões menos obscuras, a humanidade tem utilizado tudo que possui em mãos: os deuses, os números, a história, as opiniões de especialistas, o *animal spirits*, dentre tantos outros artifícios. Contemporaneamente, os analistas econômicos, os oráculos de nossos tempos, dedicam-se a prever o preço das ações nas próximas semanas, a taxa de juros nos próximos meses e até o crescimento econômico dos próximos anos.

John Maynard Keynes, em 1930, foi mais além e vislumbrou sobre as possibilidades econômicas de nosso mundo dali a cem anos. Para ele, com o avanço das forças produtivas, a renda alcançaria um patamar entre quatro e oito vezes maior que o da época e a jornada de trabalho poderia ser reduzida para algo em torno de 15 horas semanais. Assim, desde que a sociedade aprendesse a empregar o tempo em objetivos não materiais, seria possível que se vivesse bem, sábia e agradavelmente, dedicando-se às artes da vida e poupando-se do “sacrifício do trabalho”, que praticamente não seria mais necessário para a satisfação das necessidades absolutas. Estas possibilidades, contudo, estariam condicionadas a quatro fatores: a capacidade de controlar a população, a determinação de evitar guerras, a disposição de confiar à ciência a direção de parte de nosso destino e a necessária mudança no “código de moralidade” da sociedade, de modo que a acumulação de riqueza deixasse de ter tamanha importância social. Sobre este último ponto, Keynes escreve:

O amor ao dinheiro como uma posse – diferente do amor ao dinheiro como

meio para o gozo e as realidades da vida – será reconhecido pelo que é: uma morbidade um pouco fastidiosa, uma dessas tendências semipatológicas que se costuma confiar com arrepios a especialistas em doenças mentais. (KEYNES, 1930, p. 157)

Ao se completarem 91 anos da publicação das “Possibilidades econômicas de nossos netos”, o avanço da técnica já proporciona a renda ampliada que se previa. Contudo, a jornada de 15 horas semanais encontra-se muito longe de se concretizar, como demonstram Skidelsky e Skidelsky (2017). Em que se pese a indisposição de se evitar conflitos desde 1930 (uma Guerra Mundial e inúmeros combates por todo o globo desde então), o fracasso da utopia alentada por Keynes parece também derivar da incapacidade de transformar o código de moralidade da sociedade.

Keynes disse em seu texto que, por mais um século, para se chegar à boa vida, seria necessário “fingir para nós mesmos e para os outros que o justo é mau e o mau é justo; pois o mau é útil e o justo não”. No entanto, desde então, houve um imenso sucesso no espraiamento do capitalismo: em razão do célere avanço da globalização comercial, produtiva, financeira e cultural, com a penetração da mercantilização e da racionalização econômica em muitas e novas esferas da vida, com o triunfo do processo de financeirização, produzindo uma imensa expansão do capital fictício, todos esses processos que reforçam “a característica do capitalismo como sistema de acumulação de riqueza na sua forma abstrata” (PALLUDETO; ROSSI, 2018, p. 14).

Desta maneira, ao invés de finalmente chegarmos ao momento de nos libertarmos do “mau útil” – o espraiamento da racionalidade econômica para diversas esferas da vida –, parece que chegamos ao oposto: não mais se finge que o mau é útil, tem-se a certeza que aquilo que Keynes chamara de mau é o certo e deve ser seguido. E o que seria este mau? Dufour descreve magistralmente o atual código de moralidade:

1 - estar sempre afirmando os próprios direitos contra o outro – o que gera a regra nº 1 que se impõe de maneira lógica a todo indivíduo vivendo nesse regime democrático pós-moderno: *não existe um limite para os meus direitos;*

2 - buscar um enraizamento identitário inabalável – do qual se deduz a regra nº 2: *preciso provar de forma absoluta que sou essencialmente diferente do outro e que ele nada me pode trazer;*

3 - defender-se constantemente da ascendência real ou suposta do outro – o que gera a regra nº 3: *sou sempre, real ou potencialmente, vítima do outro.* (DUFOUR, 2013, p. 46, grifos no original).

Identificar este problema de ordem moral – o espraiamento da lógica econômica para todas as esferas da vida – está presente em um rol amplo de autores. Para além de Dufour, Dardot e Laval (2016) descrevem uma nova razão do mundo, que rege a atuação dos indivíduos, propondo, em Dardot e Laval (2018), uma forma de organização da sociedade baseada no comum. Skidelsky e Skidelsky (2017) identificam o mesmo problema, propondo a busca pela boa vida como solução. Michael Sandel (2009, 2012) chama o processo de espraiamento da lógica econômica de triunfalismo do mercado, sendo isso responsável pelo dilaceramento do tecido social, sugerindo uma revisão das normas que regem as relações sociais e de mercado, o que desembocaria na busca por uma vida boa. André Gorz, tema deste artigo, faz uma crítica à expansão da racionalidade econômica para diversas esferas da vida, sendo esta crítica a base para o que ele viria a chamar de “reestruturação ecológica”, sua proposta para chegarmos em um mundo mais justo e livre.

Dentro deste escopo, nos limites deste artigo, objetiva-se apresentar o ponto de vista de André Gorz a partir de cinco de seus livros: *Adeus ao proletariado* (1982), *Metamorfoses do trabalho* (2003), *O imaterial* (2005), *Misérias do presente, riqueza do possível* (2004) e *Ecológica* (2010). Para Gorz, a revolução técnica causada pela informática possibilita um mundo com menos “trabalho-emprego”, ou seja, um mundo com mais espaço para o lazer e a autonomia. No entanto, essa possibilidade não se efetiva por conta da forma como a economia é organizada – que Gorz chama de economia do imaterial –, ampliando a desigualdade entre as pessoas, resultando em bons empregos para uns e a precarização para a maioria. Sobre esta forma de organização da economia, trata a segunda seção. Em seguida, na terceira seção, são

apresentados os desdobramentos macro e microeconômicos desta forma de economia, bem como as consequências desta sobre os indivíduos – trabalhadores e consumidores. Discute-se, então, na quarta seção, quais as possibilidades de resolução dos problemas criados por este tipo de economia em face da premente questão ambiental. Neste momento, a crítica de Gorz se diferencia das críticas keynesianas, marxistas e do mainstream econômico, assumindo a dimensão de uma crítica a partir da ecologia política. Finalmente, sua proposta de organização da economia – e da sociedade – é apresentada na quinta seção, sob o nome de “reestruturação ecológica”.

2. A atual crise do capitalismo

Este es un mundo violento y mentiroso, pero no podemos perder la esperanza y el entusiasmo por cambiarlo.

Eduardo Galeano

André Gorz apresenta dois pontos fundamentais para se entender a atual forma de organização do capitalismo: (i) a resposta política dos grandes grupos detentores de capital à crise que irrompeu na década de 1970 e (ii) a revolução técnica causada pela informática. A resposta política dos grandes grupos proporcionou um rearranjo institucional em matéria de comércio e concorrência internacional, acelerando a informatização de processos e a robotização da produção, reduzindo a necessidade de trabalho e causando o desemprego. Esta seção trata destes dois pontos e de seu entrelaçamento.

2.1. A resposta política

Os anos de forte crescimento econômico que se seguiram do pós-guerra até o início da década de 1970 não só possibilitaram um aumento na prestação de serviços públicos e transferências de renda para a população, como também fortaleceram o poder de barganha e o uso dos mecanismos de negociação dos trabalhadores na relação com os grupos detentores de capital.

Os anos iniciais da década de 1970, no entanto, como pontua Gorz (2004, p. 18), foram marcados por uma forte redução no crescimento econômico se comparado com os anos anteriores, ampliando o conflito pela distribuição dos ganhos de produtividade, gerando o que Gorz chama de uma “crise de governabilidade”.

Os grandes grupos econômicos responderam a esta conjuntura, propondo a substituição de parte das funções do Estado, um ordenador visível e atacável, por um ordenador invisível e anônimo, cujas leis seriam tidas praticamente como “leis da natureza”: o mercado (GORZ, 2004, p. 19).

Neste ambiente, práticas como o estímulo do Estado à demanda por meio da política fiscal perderam o apoio do capital, sendo substituídas pelas medidas de estímulo à concorrência. No mesmo sentido, abriu-se mão da planificação das atividades em prol de uma maior mobilidade e flexibilidade nas relações entre as empresas e seus empregados, de modo a liberar o capital das amarras que supostamente o impediam de continuar sua obra de valorização (GORZ, 2004, pp. 20-21; 2005).

Uma destas amarras, nos discursos que denunciavam a hipertrofia do Estado, sugeria uma excessiva proteção dos mercados com relação à mobilidade do capital e à importação de produtos estrangeiros. Assim, ganhou impulso o processo de “mundialização”, com sua insistência na ideia de que os países que melhor se adaptassem às medidas de liberdade econômica estariam mais aptos para a vitória internacional. Finalmente, outra amarra a ser removida era o “mau” gasto do Estado com a questão social (GORZ, 2010). Desta forma, era mais que urgente que os Estados aderissem com mais afinco aos ditames da racionalidade econômica – o cálculo contábil e a concorrência – para a definição da agenda de suas políticas públicas: o gasto deveria priorizar os segmentos mais rentáveis, afinal, o “mau” gasto público de um país poderia representar uma vantagem para seus concorrentes que dispendessem seus recursos de forma mais rentável. Assim, as novas diretrizes apontavam que os dispêndios com serviços públicos deveriam

ser mínimos e produtivos, ou então, deveriam ser privatizados para gerar melhor eficiência (GORZ, 2004; 2010).

Em outras palavras, o sucesso no ambiente de mundialização dependia não só de fronteiras abertas, mas também de vantagens advindas do barateamento dos custos de produção que poderiam ser utilizadas como trunfos competitivos. O Estado, nestes novos tempos, passaria a atuar com mais vigor como parceiro das empresas, oferecendo-lhes regramentos mais flexíveis, isenções e estímulos para a concorrência. Finalmente, não se deve subestimar o papel preponderante desempenhado pela revolução da informática, que efetivamente possibilitou a entrada das empresas em novos mercados ao incrementar suas vantagens competitivas, franqueando o acesso a inovações na disputa pela criação, apropriação e domínio de novos conteúdos imateriais incorporáveis às mercadorias, possibilitando torná-las únicas, e ampliando, assim, os espaços para a valorização dos capitais (GORZ, 2004).

2.2. A revolução técnica

André Gorz acreditava que a atual forma do capitalismo se alicerçava numa economia do conhecimento. Neste tipo de economia, resultado de uma intensa informatização e robotização, o tempo de trabalho teria seu papel reduzido na formação de valor, sendo parcialmente substituído pela capacidade de produção e apropriação de conhecimentos, processo plasmado pelo movimento dos monopólios na apropriação privada sobre os conhecimentos criados. O trabalho, embora indispensável à produção, tornar-se-ia subsumido pela atividade científica em geral (GORZ, 2005, p. 16).

A economia do imaterial descrita por André Gorz dependeria da produção de conhecimentos, embora estes não se apresentassem inicialmente enquanto mercadorias (GORZ, 2005, p. 31). No entanto, com a permissão de direitos de propriedade sobre os conhecimentos, seria possível criar um monopólio sobre estes, incorporando-os na produção, tornando os produtos criados únicos, sem equivalentes. Sobre estes produtos seria possível auferir maiores margens de lucro, com o que as empresas seriam incentivadas a

produzir e a disputar o controle sobre um volume cada vez maior de conhecimentos (GORZ, 2005).

Em oposição às mercadorias em geral, resultado de trabalhos repetitivos, manuais e com rotinas definidas, a criação e o desempenho dos funcionários no mundo da economia do conhecimento dependeria muito mais da motivação e das condições de trabalho do que do tempo, sendo inerentemente incerto o conteúdo da criação. As capacidades esperadas dos funcionários seriam diversas, sendo preponderantes o julgamento, o senso estético, o nível de formação e de informação, o aprender e o adaptar-se a situações imprevistas, dentre outras. O tempo, desta forma, perderia parte de sua importância na criação de valor (GORZ, 2005, pp. 18, 29).

Além disso, Gorz ressaltava que todo conhecimento passível de ser formalizado poderia ser abstraído de seu conteúdo material e humano, multiplicando-se, praticamente sem custos, sob a forma de um software e utilizado ilimitadamente em computadores. Percebe-se, assim, que a distribuição em massa destes conhecimentos requereria praticamente nenhum trabalho, afastando a apropriação de riqueza das medidas convencionais do tempo de trabalho (GORZ, 2005, p. 10).

Percebe-se, assim, o potencial gerado pela difusão da informática na produção: libera-se trabalho da produção material, oferece-se um ambiente de maior autonomia ao trabalhador, e, para reproduzir certos tipos de produtos não há a necessidade de trabalho. No entanto, apesar do potencial emancipador desta forma de produção, “prefere-se a criação artificial de escassez à criação da maior satisfação geral possível. A primeira permite o melhor aproveitamento do capital” (GORZ, 2005, p. 10).

Portanto, Gorz sustenta que o capitalismo das últimas décadas sobrevive por meio de subterfúgios na crise de suas categorias fundamentais: trabalho, valor e capital. A criação de valor, nesta concepção, dá-se mais por conhecimentos cristalizados que por trabalho cristalizado. O capital imaterial, em si, é uma categoria que não poderia ser apropriada como capital. Só o é por meio do subterfúgio de criação de monopólios sobre os comuns do

conhecimento. O trabalho material, por fim, continuaria como fundamental para a criação de valor, mas subalterno ao trabalho imaterial (GORZ, 2005, p. 29; 2010, pp. 21-22).

Em resumo, a informática e a robotização permitiram um aumento da produtividade global e um melhor controle da produção. No entanto, o desenvolvimento da técnica se deu em meio a um mundo que, como visto anteriormente, passava por um momento de aumento da flexibilização e da desregulamentação financeira e do trabalho, em que o jogo de forças políticas pendia favoravelmente ao capital. Assim, ao invés do potencial dessa nova forma de produção ser utilizado em prol da emancipação, foi utilizado de forma a melhor reproduzir o capital. Isso, no entanto, não se deu sem gerar novos problemas. Sobre as consequências desta forma de organização sobre a economia e os indivíduos, ocupa-se a próxima seção.

3. As consequências de uma economia do imaterial

En el mundo del revés, la libertad oprime. La libertad del dinero exige trabajadores presos, presos de la cárcel del miedo, que es la más cárcel de todas las cárceles. [...]El miedo al desempleo que sirve a los empleadores para reducir sus costos de mano de obra y multiplicar la productividad, eso hoy por hoy es la fuente de angustia más universal de todas las angustias.

Eduardo Galeano, Desechables

A segunda seção tentou demonstrar que uma resposta política dos grandes grupos de capital à crise da década de 1970 alterou a forma de organização da economia mundial. Além disso, concomitantemente, tomou forma a revolução técnica causada pela informática. Estes dois processos acabaram por se retroalimentar, produzindo a economia do imaterial na forma como a conhecemos. Cabe, agora, perceber as consequências, geradas por este tipo de economia, sobre a organização das empresas e os indivíduos,

marcados como consumidores, e sobre a macroeconomia e os mesmos indivíduos, marcados como trabalhadores.

3.1. Consequências microeconômicas

André Gorz argumenta que, com a crise da década de 1970, as empresas, para escapar da estagnação econômica, encontraram duas saídas: a conquista de parcelas suplementares de mercado e/ou a renovação acelerada da gama de produtos, estimulando a obsolescência de seus conteúdos. A primeira exigiria adentrar em mercados emergentes, já a segunda demandaria esforços em inovação e na criação de desejos (GORZ, 2004, p. 37).

A produção não podia mais, desta forma, somente responder à demanda, precisava antecipar-se a ela, criando e incorporando qualidades imateriais às mercadorias. Na tentativa de criar produtos diversificados para tentar atingir todas as parcelas do mercado, reduziram-se os ganhos de escala da economia, criando-se linhas de produção menores, sendo elas constantemente alteradas para incorporar novos conteúdos imateriais às mercadorias (GORZ, 2004, p. 38).

Essas mudanças tiveram consequências sobre a forma de trabalho. De acordo com Gorz, o trabalho no fordismo extorquia do operário o máximo de rendimento, enclausurando-o num sistema de obrigações que lhe retirava qualquer margem de iniciativa. A partir da década de 1970, no entanto, este passou a ser substituído pelo trabalho requerido no toyotismo, com as exigências de autogestão dos funcionários, de forma a proporcionar uma melhoria contínua dos métodos de produção e um aumento da “cooperação produtiva” (GORZ, 2004, pp. 38-40).

No entanto, para Gorz, as proclamadas autogestão e autonomia dos trabalhadores instigadas pelo toyotismo não possuíam tantos aspectos positivos. Em um ambiente de desregulamentações e flexibilizações, bem como de destruição das instituições que conferiam caráter coletivo ao trabalhador, este passou a ter que incorporar a “cultura da empresa”, assim como passou a ter, com a empresa, um sentimento de pertencimento que estava sendo

perdido na sociedade. A empresa se tornara um refúgio contra o mundo “de fora” (GORZ, 2004, pp. 46-48).

Em outras palavras, para Gorz, os trabalhadores, no fordismo, não “pertenciam” às empresas e não lhes deviam mais que uma prestação de horas bem definidas no contrato de trabalho na realização das tarefas designadas. Além disso, encontravam seu sentimento de pertencimento no sindicato, ao lado de sua classe, bem como compreendiam que seus direitos políticos e sociais eram mais importantes que os direitos de seus empregadores de dispor de seu trabalho, aceitando a exploração somente até certos limites.

No “pós-fordismo”, em nome do imperativo da competitividade, a empresa teria recuperado o espaço perdido nas disputas do fordismo, e assim pôde prevalecer (não por meio da imposição, mas da persuasão) o sentimento de pertencimento à empresa e à sua cultura sobre os direitos que as cidadanias social e econômica conferiram aos trabalhadores (GORZ, 2004, p. 48)³.

Imbuído dessa nova forma de subjetivação – a racionalidade econômica em sua maneira de lidar com seu trabalho –, o trabalhador passou não somente a realizar seu trabalho, como também a refletir, prever e discutir sobre este. Percebe-se, assim, que a autonomia e a reflexão se deram somente na medida do melhor aproveitamento do capital, não se traduzindo numa reflexão sobre o papel e a condição de cada trabalhador, nem mesmo sobre eventuais estratégias de apropriação dos ganhos desses novos processos (GORZ, 2004, pp. 48-50)⁴. Gorz, então, argumenta que:

A autonomia no trabalho é irrelevante se não for acompanhada de uma autonomia cultural, moral e política prolongando-a além dela mesma; tampouco provém da própria cooperação produtiva, mas da atividade militante e da cultura de insubmissão, de rebelião, de fraternidade, de livre debate, de questionamento radical. (GORZ, 2004, p. 52)

³ Além da referência a Dardot e Laval (2017), ver também o interessante livro de Illouz (2011), intitulado *O amor nos tempos do capitalismo*.

⁴ Gorz é um dos autores mobilizados no esforço de Linhart (2007) de captar os sentidos da modernização do trabalho no capitalismo contemporâneo.

Neste ambiente, as autonomias cultural, moral e política são suprimidas justamente pelas condições culturais e ideológicas que o próprio pós-fordismo cria: a instabilidade, a volatilidade, a flexibilidade, a inconstância e a inconsistência. Apenas uma pequena “elite” possui bons empregos, e, para mantê-los, precisa manter a “ética do trabalho” em um ambiente em que o trabalho perde centralidade. A dedicação, o afinco e a identificação com o trabalho são valorizados, de modo que pertencer a esta “elite” de trabalhadores é considerada uma vitória pessoal, resultado de merecimento daqueles que souberam guiar-se pelas atitudes corretas.

3.2. O indivíduo enquanto consumidor

A intensa produção de novas mercadorias, um dos pilares da reorganização produtiva, só seria possível se viesse acompanhada de um aumento no consumo. Este, contudo, só seria possível se ampliasse os desejos dos indivíduos, o que, no entanto, não se configurou num problema para as empresas, uma vez que os gastos massivos em publicidade propiciaram o aumento dos desejos de consumo, proporcionando a criação e a reprodução de consumidores que “não necessitam daquilo que desejam, e não desejam aquilo de que necessitam” (GORZ, 2005, p. 48)⁵.

A publicidade, além de conferir valores simbólicos, sociais e eróticos às mercadorias, também difundiu uma “cultura do consumo que enfatiza a individualização, a singularização, a rivalidade e a inveja” (GORZ, 2010, p. 22), sendo esta cultura uma das formas de subjetivação na economia do imaterial. Outras formas de subjetivação estão ligadas à educação e à socialização, que produzem indivíduos “adestrados” para a execução de suas tarefas de consumidores e trabalhadores. A este sujeito dócil e adestrado, incorpora-se a concepção utilitarista de “quanto mais, melhor”, afastando os indivíduos das noções de suficiência e necessidade. Nota-se, assim, uma confluência do pensamento de Gorz com o de Pierre Dardot e Christian

⁵ Nesse debate, pode ser interessante recordar um autor um pouco marginalizado na literatura especializada e que conduz uma reflexão lúcida e arguta. Trata-se de Clouscard em *Le capitalisme de la séduction* (2009).

Laval, já que a coerção que a racionalidade econômica impõe sobre os indivíduos atravessa todas as esferas da existência humana, não se limitando somente à esfera econômica (ANDRADE; OTA, 2015).

Esta construção do sujeito, que é movido pela racionalidade econômica e por desejos meramente individuais, resulta numa individualidade que se opõe à cidadania, pois torna-se um “antídoto da expressão coletiva de necessidades coletivas, contrário ao desejo de mudança social, à preocupação com o bem comum” (GORZ, 2005, p. 49). A publicidade, desta forma, assume uma função não só econômica, mas também política, apelando não ao desejo comum da sociedade, mas, sim, ao desejo de cada qual na esfera privada (GORZ, 2005, p. 49).

Neste mundo, em que o desperdício é lucrativo, não há um mecanismo que possibilite aos indivíduos se organizarem para reduzi-lo, ou mesmo que os permita economizar recursos e elaborarem, conjuntamente, como produtores e consumidores, uma norma comum do que é suficiente (GORZ, 2010, p. 22). Para escapar dessa armadilha, Gorz afirma que é fundamental que se busque a (re)construção de espaços de vivência e sociabilidade, além do resgate das noções de suficiência e necessidade, pontos que serão centrais no clamor do autor por uma “reestruturação ecológica”, definição que será discutida em breve.

3.3. Consequências macroeconômicas

Gorz defende que a informática e a robotização possibilitaram o aumento da produção de mercadorias enquanto reduziram a necessidade de trabalho para a produção, tornando-o uma “espécie em vias de extinção” (GORZ, 2010, p. 34). Existe, portanto, um processo vigente de violenta mudança na composição orgânica do capital e aumento da extração de mais-valia. O conhecimento da ocorrência deste processo não é novo, já se encontra em Marx (2011, pp. 856-857). Entretanto, em alguns períodos do desenvolvimento capitalista, o aumento da extração de mais-valia, em função da mudança da composição orgânica do capital, implicou uma ampliação da

produção global, gerando um ciclo virtuoso na produção de mercadorias e geração de bons empregos. Nos Trinta Gloriosos do pós-guerra, a título de exemplo, o aumento da produtividade no setor industrial proporcionou, para os países centrais, a liberação de mão de obra no setor privado. Esta liberação, no entanto, não gerou desemprego, pois os trabalhadores foram absorvidos no setor público, que passou a universalizar funções como saúde e educação, para além das expansões dos investimentos em obras públicas (GORZ, 2005).

Isto, porém, deixou de ser a regra nas últimas décadas, resultado da violenta expansão da esfera financeira do capitalismo global, que além de produzir novas formas de comprar e vender dinheiro, passou a disseminar a lógica do capital para dentro do Estado. Assim, tornou-se obrigação dos Estados maximizar os recursos fiscais, justificando um enxugamento de suas atividades (como também uma redução da qualidade destas), o que reduziu a incorporação da mão de obra liberada do setor privado. Além disso, uma vez que a produtividade nos serviços (que é onde se concentra a maior parte das funções do Estado) aumentou em função da informatização dos processos, o setor público passou também a liberar mão de obra (GORZ, 2010, pp. 17-19).

Neste ambiente, as empresas crescentemente alocaram boa parte de seu capital no mercado financeiro, ou seja, no circuito do capital fictício, um direito sobre a riqueza futura, na esperança de seus rendimentos. Assim, para Gorz (2010, p. 19), a economia real converteu-se em “um apêndice das bolhas especulativas mantidas pela indústria financeira”, subordinando-se aos ditames do mercado financeiro. Estas bolhas, por fim, algum dia estouram e a especulação, a falta de transparência e o suposto excesso de controle sobre a indústria financeira são eleitos como os culpados pela pane na reprodução do capital fictício. Para Gorz, entretanto, estes fatores não são o motivo principal das recorrentes crises, mas sim a incapacidade do capitalismo em se reproduzir em uma base cada vez mais precária, ao atingir seus limites internos e externos de reprodução (GORZ, 2010, pp. 19-24).

O limite externo seria a questão ecológica. Não é possível produzir infinitamente, pois a produção se dá em um mundo físico, que claramente possui limites. Já os limites internos estariam relacionados à capacidade de acumulação, pois embora a produção não fosse um problema para as empresas, vender aquilo que se produz, sim. Produzir exige cada vez menos trabalho e, portanto, distribui-se cada vez menos dinheiro aos trabalhadores, potenciais consumidores (GORZ, 2010, p. 91).

A liberação de trabalho no setor produtivo, contudo, não gerou um completo colapso social. A principal razão é que há, sim, uma geração de empregos nas sociedades pós-industriais, mas estes são crescentemente ligados à prestação de serviços, de manutenção, cuidados e lazer, para o núcleo cada vez mais restrito de pessoas bem empregadas e bem remuneradas no setor produtivo (GORZ, 2003, p. 218). Estes novos empregos formam uma nova classe “quase servil” de ajudantes, assistentes, vigilantes, dentre outros, que tem como objetivo reduzir o tempo de “trabalho não remunerado” dos que possuem uma posição confortável na sociedade. Esta nova classe servil, por ter como fonte geradora de sua existência a redução do trabalho doméstico de algumas pessoas bem situadas, só poderá alcançar remunerações menores do que as concedidas aos que possuem bons empregos.

Para Gorz, nesta economia, há então uma separação em três grandes grupos: um primeiro, geralmente ligado à produção de conteúdos imateriais, com boas perspectivas profissionais, boa remuneração, e vantagens profissionais em suas empresas, etc.; um segundo, que orbita em torno do primeiro, formado pela nova classe “quase servil” descrita anteriormente, geralmente terceirizados, com remuneração bem inferior à do primeiro grupo, mas ainda desfrutando de algum grau de proteção; e, finalmente, um terceiro, que, segundo Gorz, chega a abarcar metade da sociedade, o dos sujeitos que transitam entre o desemprego e a precariedade, sem garantia de rendimento atual e futuro, sem proteção social e sem garantia de direitos (GORZ, 2005). Gorz denomina este fenômeno como o de uma sociedade que se caminha em duas velocidades.

Neste cenário, torna-se difícil esperar um crescimento substancial da produção de riquezas, e, ainda que isso pudesse ocorrer, as consequências ecológicas seriam devastadoras. Percebe-se, assim, que há uma clara preferência de Gorz por alternativas que promovam a distribuição – seja de renda, seja de empregos – do que pelas alternativas que prezam o crescimento como modo de superação dos problemas de precariedade, pobreza e miséria. A este ponto voltaremos numa próxima seção. Antes, no entanto, é preciso examinar as repercussões das mudanças trazidas pela Economia do Imaterial sobre os trabalhadores.

3.4. O indivíduo enquanto trabalhador

Na interpretação de Gorz, Marx acreditava que o “Espírito” do proletariado levaria o mundo ao “sentido da história”, ou seja, que “o pleno desenvolvimento das capacidades individuais viria a par com o pleno desenvolvimento das forças produtivas e conduziria inevitavelmente a uma revolução” (GORZ, 2003, p. 96). Portanto, haveria em primeiro plano uma liberação “no” trabalho, para posteriormente haver uma liberação “do” trabalho (GORZ, 1982). A partir do desenvolvimento do modo de produção e da força produtiva, os trabalhadores, que atualmente são totalmente excluídos da autoatividade, estariam em condições de impor sua autoatividade plena, ou seja, a apropriação da totalidade das forças produtivas e o desenvolvimento de suas capacidades⁶. A partir desta interpretação, o mundo estaria sendo levado, conscientemente ou não, ao sentido da história pelos trabalhadores, independentemente de quem sejam e como atuam. Mas quem é este trabalhador, o agente do sentido da história?

Gorz argumenta que este trabalhador é resultado do sucesso do capital em reduzir o poder do proletariado sobre a produção, consequência da expansão gigantesca do potencial de produção proporcionada pela informática e pela destruição da autonomia operária em função de uma disciplina quase militar e de uma maquinaria cada vez mais complexa, que exige cada

⁶ Presente em Karl Marx (2007, p. 73).

vez menos capacidades da maioria dos trabalhadores para a realização das tarefas da produção (GORZ, 1982, p. 40). Além disso, Gorz argumenta que quanto mais o trabalho é coercitivo, seja por sua intensidade, seja por sua duração, menos o trabalhador é capaz de conceber sua vida como um fim em si mesmo e mais é levado a mercadejá-la (GORZ, 2003, p. 117).

Mais que isso, na economia do imaterial descrita na segunda seção, os saberes e o conhecimento passam a ter papel central na geração de valor, e toda a vida do trabalhador parece voltada à sua função enquanto “capital humano”. As atividades fora do trabalho, muitas vezes, estão voltadas à própria qualificação dos indivíduos enquanto profissionais. Mesmo o tempo de lazer pode ser apropriado, num momento de valorização dos saberes adquiridos em atividades “vivas” (GORZ, 2003).

Além deste processo, os trabalhadores, muitas vezes, encaram-se não mais como o que são, trabalhadores, mas sim como “capitalistas”. A rede de incentivos criada pelas grandes empresas, melhor discutida em Dardot e Laval (2017), altera a lógica tradicional de uma luta de classes entre os detentores e os não detentores dos meios de produção. Há, por exemplo, o pagamento de incentivos por meio de ações, ou por meio de participações no lucro, ou até por meio de contratos de produtividade ou metas. Desta forma, os trabalhadores que possuem bons trabalhos – aqueles com boa remuneração, sindicalização, boas condições de segurança e certa autonomia nas tarefas – recebem mais conforme maior seja a exploração de seu trabalho, muitas vezes alinhando-se aos objetivos dos detentores do capital.

Não seria, portanto, este o proletário ideal que levaria sua realização pessoal enquanto uma realização de classe rumo à razão. Sua potência enquanto indivíduo foi rebaixada e não se pode esperar que “no” trabalho ocorreria o desenvolvimento das capacidades que o levariam à liberdade para a realização das atividades superiores. Gorz sustenta que só é possível que os trabalhadores descubram os limites da racionalidade econômica quando suas vidas não forem mais inteiramente preenchidas e suas mentalidades completamente ocupadas com o trabalho. Assim, há a necessidade que se

amplie o tempo livre para a realização de atividades não econômicas, de modo que outras esferas da vida sejam desenvolvidas e se possa questionar a falta de liberdade “no” trabalho (GORZ, 2003, p. 117).

4. Possibilidades de saída

Hay quienes creen que el destino descansa en las rodillas de los dioses, pero la verdad es que trabaja, como un desafío candente, sobre las conciencias de los hombres.

Eduardo Galeano, **Las venas abiertas de América Latina**

Na atual forma de organização do capitalismo, a liberação do trabalho na produção de bens por conta do aumento da produtividade tende a desencadear não uma redução da massa de trabalho global (ou mesmo um substancial aumento da produção pela reincorporação dos trabalhadores no sistema produtivo), mas sim uma realocação dos trabalhadores liberados na produção para realizar – por meio dos mecanismos de mercado – atividades que antes eram feitas sem passar por esta esfera, especialmente com relação a serviços pessoais ou domésticos de baixa produtividade. Aqueles que não conseguem fazer parte deste grupo acabam tendo que se sujeitar à precarização e às novas atividades que antes não existiam enquanto parte de um mercado (ou que eram consideradas um luxo), gerando uma desigualdade crescente.

Neste momento, cabe lembrar as formas de subjetivação e do sujeito criado nesta economia do imaterial: os desejos coletivos foram suprimidos em prol dos desejos individuais, então, não há nem um sentimento de solidariedade que poderia atuar como freio às crescentes desigualdades (especialmente através de uma redistribuição dos empregos), nem mesmo um sentimento de necessidade de redução do tempo de trabalho, para que se amplie o tempo dedicado às atividades autônomas. Se ainda o desejo pelo aumento de

lazer permanece sentido, sua satisfação parece encontrar-se na redução do trabalho doméstico e na ampliação do espaço do consumo e não na redução do trabalho heterônomo (GORZ, 2003).

Tendo isso em mente, é possível imaginar maneiras de se modificar a atual forma de organização da sociedade. Uma primeira forma poderia contemplar a manutenção da jornada de trabalho atual, estimulando-se ainda mais a produção de bens, porém, como já se afirmou, não parece seguro estimular a criação de novos desejos, pois se compreende que o planeta não mais é capaz de suportar a pressão de fornecimento de recursos em escala mais ampliada.

Uma segunda vertente poderia surgir ao ignorar a necessidade de uma profunda reestruturação na forma de produzir. Uma vez que a evolução da técnica libera cada vez mais trabalho no setor produtivo, e evidentemente há limites para a absorção do trabalho excedente por parte daqueles que desejam mais tempo de lazer, programas de renda mínima poderiam ser estimulados. Este parece um caminho possível, mas ao admiti-lo, dissociar-se-ia o direito à renda do direito ao trabalho, relegando a uma posição de “fracasso permanente” os contingentes que não conseguissem empregos, com um aprofundamento da estratificação em classes e amplificação dos processos de marginalização das parcelas sociais mais desfavorecidas.

Uma outra via poderia apostar nos caminhos de uma revolução, aproximando-se de Marx. No entanto, Gorz desconfia que só é possível que os trabalhadores descubram os limites da racionalidade econômica quando suas vidas não forem mais inteiramente preenchidas e suas mentalidades completamente ocupadas com o trabalho. Para ele, portanto, há a necessidade de ampliação do tempo livre para a realização de atividades não econômicas, de modo que outras esferas da vida sejam desenvolvidas e se possa questionar a falta de liberdade “no” trabalho. Conseqüentemente, o caminho de uma revolução também não seria viável (GORZ, 2003, pp. 117, 205).

Assim, Gorz sugere que a superação da crise não se dará com o fortalecimento das bases fictícias da reprodução do capital, nem mesmo com a

ampliação da capacidade produtiva da economia, criando empregos que não criam novas riquezas. Partindo de um entendimento sobre necessidades e suficiência, e, portanto, lançando mão de uma conceituação substantiva da economia⁷, Gorz argumenta que atualmente o mundo já é capaz de produzir tudo aquilo de que necessita para – emprestando o termo de Keynes (1930) – viver “sábia e agradavelmente”. Se isso puder ser feito com menos trabalho, especialmente nos casos dos trabalhos mais repetitivos e desgastantes, melhor. Essa alternativa, todavia, deve ser aliada à questão ecológica. A solução estaria em uma mudança radical, uma “reestruturação ecológica”, de modo que se possa romper com a lógica econômica de acumulação e crescimento que levou a Terra a seus limites ecológicos, ao mesmo tempo que se reduziria o tempo de trabalho, redistribuindo os empregos, “banalizando-se a técnica” e estimulando-se as atividades autônomas, aquelas que possuem um fim em si mesmas. Sobre esta proposta de Gorz debruça-se a próxima seção do artigo.

5. A reestruturação ecológica

Aunque no podemos adivinar el tiempo que será, sí que tenemos, al menos, el derecho de imaginar el que queremos que sea. [...] las Naciones Unidas han proclamado extensas listas de derechos humanos, pero la inmensa mayoría de la humanidad no tiene más que el derecho de ver, oír y callar. ¿Qué tal si empezamos a ejercer el jamás proclamado derecho de soñar?

Eduardo Galeano, **El derecho al delirio**

André Gorz defendia que através de uma reestruturação ecológica seria possível construir uma sociedade mais justa, livre e ecologicamente

⁷ Aqui o paralelo com Polanyi é inevitável. O sentido substantivo da economia neste autor aponta “para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente” (POLANYI, 2012, p. 63). O outro sentido, o formal, diz respeito à relação entre meios e fins, com suas narrativas da naturalização dos desejos ilimitados da humanidade e da escassez dos meios para atendê-los.

sustentável, desde que houvesse um decrescimento produtivo e uma redução do tempo de trabalho. Desta forma, seria possível trabalhar menos para satisfazer nossas necessidades, aumentando a autonomia de cada um com relação ao novo tempo livre. Esta reestruturação precisaria também ser aliada a um programa de renda mínima enquanto mecanismo de transição para esta nova sociedade. Este programa, ao invés de dissociar o direito ao trabalho do direito à renda, acabaria apenas com o “trabalho-emprego” como obrigação para o sustento, ressignificando o trabalho⁸. O trabalho, como criação de valores de uso e satisfação pessoal, seria uma decisão individual. Além disso, uma reestruturação ecológica poderia estimular o aumento de atividades autônomas e de um mundo vivido caso seja feita em conjunto com outras políticas públicas. Esta seção discorre sobre a reestruturação ecológica sob dois de seus principais aspectos: o decrescimento produtivo e a redução do tempo de trabalho⁹.

5.1. O decrescimento produtivo

À primeira vista, a ideia de decrescimento pode parecer algo surreal, distante de qualquer possibilidade. A simples redução da produção pode ser algo não desejado se tudo o mais continua constante. Há que se analisar, porém, o conceito à luz de uma mudança radical na sociedade, com uma completa reestruturação do modo de produzir e pensar. O decrescimento não necessariamente exige a redução na produção de valores de uso, mas supõe uma mudança na forma de se organizar a produção e a sociedade, de modo a evitar desperdícios, produzir de uma forma melhor, com mercadorias mais duradouras e, conseqüentemente, menos trabalho. A chave fundamental para se entender o decrescimento produtivo está na análise

⁸ É interessante observar o paralelo dessa concepção evocada por Gorz com artigo recente de Mair, Druckman e Jackson (2020), autores que sugerem que, num mundo pós-crescimento, programas de renda mínima seriam fundamentais para eliminar a coerção ao trabalho. Nesse sentido, afirmam (p. 7, tradução nossa): “A falta de coerção cria as condições sob as quais somos livres para recusar trabalho que não serve a nenhum propósito social.”

⁹ Para uma discussão sobre a articulação entre os requisitos de transições para a sustentabilidade e a necessidade de uma redução do tempo de trabalho em vários autores contemporâneos, ver Fracalanza, Maria e Corazza (2020).

daquilo computado para a construção do Produto Interno Bruto (PIB). Este não considera a produção de “riquezas”, exceto as que tenham forma de mercadoria (GORZ, 2010, p. 105). Além disso, não incorpora no cálculo o estoque de riquezas, nem as liberdades, nem a questão ambiental. Ademais, considera-se como enriquecimento nacional a produção de embalagens que irão para o lixo, papéis que serão queimados, eletrodomésticos que pouco duram, entre outros. Por exemplo, caso haja uma melhora substancial no sistema de saúde e na qualidade de vida, menos pessoas ficarão doentes, e, portanto, menos medicamentos serão necessários, menos serviços médicos serão requeridos, menos próteses, etc. Isso implica uma redução da produção, mas não, necessariamente, implicaria uma redução do bem-estar da sociedade¹⁰.

Da mesma forma, se o sistema de transporte público fosse melhorado nas grandes cidades e o transporte privado se tornasse menos necessário, as pessoas poderiam, inclusive, locomover-se de maneira mais rápida, sem reduzir a produção dos valores de uso, afinal, as pessoas continuariam sendo transportadas de um ponto a outro. O bem-estar poderia até aumentar por conta da redução do tempo despendido com o deslocamento, ou, pelo menos, do tempo de trabalho necessário para pagar por este transporte, explorado no artigo “A ideologia social do automóvel”, presente em Gorz (2010). É certo que, nesse cenário, as produções de carros, motos, reparos e combustíveis seriam muito menores. Porém, o decrescimento não seria desejável neste caso? Da mesma forma, se a obsolescência das mercadorias fosse sentida só com um maior tempo de uso, e, portanto, a renovação das mercadorias fosse menos “necessária”, isso não seria um ganho, mesmo com a produção menor (GORZ, 2010, p. 80)?

Com este decrescimento produtivo – que preza não pela eficiência econômica, mas por um melhor manejo do tempo e dos recursos - seria possível trabalhar menos, consumir menos e ter menos necessidades de mercadorias.

¹⁰ Sobre o decrescimento produtivo, ideia ainda muito difícil de ser admitida por grande parte dos economistas, a literatura especializada é cada vez mais ampla. Para ficar em apenas uma referência recente e muito influente (e que encontra eco nas propostas de Gorz), ver Raworth (2020).

Porém, como torná-lo realidade? Não se pode esperar que essa realização venha com o livre mercado, nem mesmo de decisões espontâneas dos produtores capitalistas no sentido de reduzir o “desperdício lucrativo” deles.

Entretanto, a ação que pode engendrar uma redução do desperdício não necessita ser coercitiva. É possível imaginar o estímulo a espaços de vivência comunitária, que gerariam uma menor massa de trabalho, como lavanderias coletivas, locais para reparações, cozinhas comunitárias nos prédios, entre outros exemplos (GORZ, 2010, p. 63). Há também a possibilidade de redução dos impostos sobre os produtos mais duradouros, com a indicação de vida útil e consumo de energia dos aparelhos e manuais de instrução que ensinem os reparos simples e recorrentes dos produtos (GORZ, 2010, p. 63). Para além disso, existem as melhorias que os governos podem realizar, por exemplo, nos sistemas de saúde, de transporte e de produção de energia, de modo a reduzir o impacto ambiental e as perdas ocasionadas pela ineficiência que a alocação privada pode provocar (GORZ, 2010, p. 65). Cabe destacar, porém, que, talvez, a principal ação que algum governo pode tomar é a mudança na regulação do trabalho. Trabalhar menos, com maior estímulo às atividades autônomas, pode ensejar uma maior vontade de evitar desperdícios, bem como pode implicar uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Na próxima seção, este assunto será abordado.

5.2. A redução do tempo de trabalho

A redução do tempo de trabalho é um ponto central na crítica de Gorz ao capitalismo e às propostas que se baseiam num aumento da produção como solução para os problemas econômicos e sociais. Cabe, no entanto, diferenciar o trabalho enquanto meio de se proporcionar um sustento material e o trabalho que se realiza como um fim em si mesmo, por vontade própria. A redução do trabalho como um todo depende de cada um, em sua individualidade e, portanto, de seus gostos, desejos, prazeres. Quase sempre será possível realizar atividades autônomas, como dar assistência aos idosos e às crianças, cozinhar, limpar, ou até mesmo produzir algo ligado ao lazer

ou a projetos pessoais e/ou sociais. Todas estas atividades são formas de trabalho, mas não, necessariamente, são formas de trabalho que precisam receber o crivo do mercado para serem realizadas. Assim, o que é pleiteado por Gorz é a redução do trabalho enquanto forma de sustento material, reduzindo as desigualdades e proporcionando emprego a todos. Os indivíduos poderiam seguir desejando o tanto de trabalho que quisessem (e uma vastidão de trabalhos continuaria a existir), mas isso não mais seria coercitivo sob a forma de “trabalho-emprego”, ou “trabalho-mercadoria”, pois seria liberado tempo para que os indivíduos pudessem realizar as atividades autônomas já descritas (GORZ, 2010, p. 95).

Assim, Gorz imagina a redução do tempo de trabalho de uma forma:

1 - a garantir a todos uma renda suficiente;

2 - a combinar a redistribuição do trabalho e o domínio individual e coletivo do tempo;

3 - a favorecer o florescimento de novas sociedades, de novos modos de cooperação e de troca através dos quais os elos sociais e a coesão social sejam criados fora do assalariamento (GORZ, 2004, p. 93).

Na visão do autor, a redução do tempo de trabalho pode assumir diversas formas e ser alcançada por meio de diversas políticas, que podem tanto reduzir, quanto aprofundar as desigualdades; tanto ampliar, quanto diminuir a segurança; produzir vetores de inclusão ou de exclusão social (GORZ, 2003, p. 185). Conseqüentemente, um projeto de grande redução do tempo de trabalho ao longo dos anos implicaria a necessidade de uma igualmente grande programação para as mudanças que viriam. Dentre essas mudanças, datas-alvo com a proporção do tempo de trabalho a ser reduzida são fundamentais, porque dariam previsibilidade às empresas do que está para acontecer e porque suscitariam debates sobre as necessidades coletivas para os próximos anos em termos da qualificação de mais pessoas para assumirem postos de trabalho nos quais os ganhos de produtividade são menores,

culminando no que Gorz chama de “banalização da técnica”. Este processo proporcionaria:

Que uma proporção muito maior da população possa aceder a tarefas profissionais qualificadas, complexas, criativas, responsáveis, que permitam evoluir e renovar-se continuamente. É nessas últimas atividades, com efeito, que os ganhos de produtividade são mais lentos. É, por conseguinte, nessas atividades qualificadas que a redução da duração do trabalho deve criar mais empregos, permitindo ao mesmo tempo democratizar as competências que as corporações elitistas dominam entre si. (GORZ, 2003, p. 187)

Outro ponto fundamental na consideração de uma redução no tempo de trabalho é em relação à autonomia do trabalhador neste processo. Será possível a escolha de quando e quanto se irá trabalhar ou a redução será somente uma redução da jornada semanal de trabalho? Há uma diferença entre trabalhar 35, 30 ou 25 horas por semana ou 1400, 1200 ou 1000 horas por ano. Na primeira forma de modulação, com a referência à semana de trabalho, seria estimulado um aumento do lazer passivo e das atividades domésticas. Na segunda forma, de modulação da redução do tempo de trabalho no horizonte de um ano, poder-se-ia realizar mais trabalho em algumas semanas, tendo como contrapartida maiores períodos de folga: dias, semanas, meses. Isto estimularia, provavelmente, a realização de atividades autônomas e a realização de projetos pessoais. Gorz é a favor da segunda forma (GORZ, 2003, pp. 189-194).

O autor argumenta que esta segunda forma de redução do tempo de trabalho adequa-se mais aos requisitos da economia do imaterial, com suas exigências de um trabalho mais flexível e menos ligado ao tempo. A flexibilidade, em si, não é um ponto negativo *a priori*. Torna-se negativo quando o trabalho, por ser flexível, assume caráter precário. Impedir que o trabalho gerado nessa economia seja um trabalho precário é, portanto, fundamental, o que demanda uma regulação trabalhista que organize as novas formas de emprego. Somente assim Gorz acredita ser possível conciliar os requisitos

de um trabalho flexível, melhor distribuído e que proporcione ao trabalhador maior autonomia na definição de sua jornada.

Vale ressaltar, também, que a redução do tempo de trabalho pode vir sem uma redução dos rendimentos reais dos trabalhadores. Segundo Gorz, é possível que a redução possa ser feita de modo a se encontrar junto ao ritmo “normal” de incorporação de produtividade (GORZ, 2003, p. 196). Mesmo assim, alguns setores sentiriam mais (especialmente aqueles intensivos em trabalho) o peso da redução do tempo de trabalho. Para isso, Gorz propõe a criação de uma renda básica enquanto mecanismo de transição, de modo que a dificuldade de ganhos de produtividade em alguns setores (e a consequente dificuldade em manter o mesmo salário-hora do trabalhador) fosse compensada transitoriamente¹¹.

Por fim, Gorz sustenta a necessidade da garantia que o direito à renda continue vinculado ao direito ao trabalho, mas sem ter neste a contrapartida para o recebimento do benefício (GORZ, 2004, p. 97). Isto é fundamental para entender a posição de André Gorz em relação aos programas de renda mínima, que, como dito anteriormente, são considerados fundamentais nos processos de transição.

Estes programas comumente consideram o desemprego involuntário como algo normal e aceitável, excluindo-se o “direito ao emprego”. Vale lembrar que, para além de uma remuneração digna pela jornada, em Gorz o trabalho é um dos grandes espaços de socialização na vida. Ao reconhecer que ele não é mais um direito, exclui-se uma grande parte da sociedade de um espaço de vivência, indo contra uma ideia mais acolhedora de sociedade ou no sentido da ampliação dos espaços de autonomia. A renda mínima, para André Gorz, não deve ser encarada como algo permanente para a solução do problema do desemprego, como a condição perene de cisão entre os “bem sucedidos”, detentores de trabalho, e aqueles que

¹¹ Para uma discussão sobre os limites das abordagens microeconômicas do *mainstream* que avaliam impactos sobre o emprego da adoção da redução do tempo de trabalho, ver Fracalanza (2008).

“fracassaram”, pois não possuem trabalho e sobrevivem com uma renda mínima (GORZ, 2003, pp. 199-210).

Se os pontos descritos nesta seção são os mais fundamentais para a reestruturação ecológica, Gorz não imagina estas propostas como inarredáveis, devendo sua aplicação passar pelo crivo político e pelo debate público, por meio das vias da ampliação da democracia e do respeito, fundamentais na busca da autonomia de cada um (GORZ, 2004).

6. Considerações finais

De nuestros miedos nacen nuestros corajes y en nuestras dudas viven nuestras certezas. Los sueños anuncian otra realidad posible y los delirios otra razón. En los extravíos nos esperan hallazgos, porque es preciso perderse para volver a encontrarse.

Eduardo Galeano, **De nuestros miedos**

Embora os últimos textos de André Gorz utilizados neste artigo tenham sido elaborados em 2007 e publicados postumamente em 2008, seu pensamento permanece atual e alinhado com as demandas cruciais nos campos da ecologia e do emprego, apresentando confluências de pensamento, em alguns pontos, com autores contemporâneos, como Jackson (2013), Acosta (2016), Skidelsky e Skidelsky (2017), Latouche (2009) e Dardot e Laval (2017).

Além de atual, a leitura dos textos de Gorz permite tanto a compreensão das várias faces da atual crise do capitalismo, quanto a percepção da necessidade de uma mudança na atual forma de organizar a sociedade. A reestruturação ecológica, proposta de Gorz para sair deste entrave, parte de uma mudança radical nas organizações do trabalho e da produção, de forma a proporcionar uma redução da dependência dos indivíduos em relação ao trabalho enquanto meio de satisfazer suas necessidades materiais. Isso, no entanto, não representaria o fim do trabalho ou então sua negação enquanto instrumento fundamental de socialização. O trabalho, enquanto

fonte de realização e socialização, continuaria existindo. Esta reestruturação, no entanto, resultaria na redução da necessidade de sua mercantilização, algo que Eduardo Galeano, em seus textos, descreveria como “Nadie vivirá para trabajar, pero todos trabajaremos para vivir” (GALEANO, 1998, p. 343).

Além disso, Gorz percebe e incorpora um imperativo ecológico em sua proposta de reestruturação, pois descreve que essa mudança passaria pelo fim de uma cultura do desperdício, sendo desejável um decrescimento produtivo neste sentido. As reorganizações do trabalho e da produção, desta forma, estariam vinculadas ao respeito à natureza, sendo possível conciliar a reorganização da sociedade com o imperativo ecológico, escapando tanto da lógica produtivista que rege a sociedade, quanto da quase inação dos governos com relação à questão ambiental.

O capitalismo atual, na análise de Gorz, sobrevive por meio de subterfúgios dos três pilares da economia política: o valor, o trabalho e o capital. A não resolução das questões que envolvem estes três pontos tende a agravar a crise que nos ameaça. A solução, talvez, residiria na ecologia política, que, como o próprio nome sugere, depende da arena política para se tornar realidade. Enquanto solução política, neste momento, a reestruturação ecológica descrita neste texto parece uma alternativa distante. Entretanto, o agravamento das questões ecológicas e do trabalho podem fazer com que se torne uma possibilidade real para a resolução das crises que ameaçam a humanidade. Gorz não tentou fazer previsões sobre o futuro, como fez Keynes. No entanto, forneceu uma extensa base para pensá-lo a partir das contradições do presente. Cabe, assim, discutir sua abordagem e suas proposições, com a finalidade de compreender melhor as contradições e os impasses que nos atormentam, e, assim, pavimentar um caminho mais justo, mais sustentável e mais fraterno, que permita a construção de uma sociedade mais livre e solidária.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ANDRADE, Daniel Pereira; OTA, Nilton Ken. “Uma alternativa ao neoliberalismo: entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval”, *Tempo Social*, v. 27, pp. 275-316, junho 2015.
- CLOUSCARD, Michel. *Le capitalisme de la séduction*. Paris: Éditions Delga, 2009.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- _____. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- FRACALANZA, Paulo Sérgio. “Limites das abordagens microeconômicas da redução da jornada de trabalho”, *Revista de Economia*, vol. 34, n. 2, pp. 29-47, 2008.
- FRACALANZA, Paulo Sérgio; MARIA, Mariana Reis; CORAZZA, Rosana Icassatti. “Economia Política da redução do tempo de trabalho: dos autores pioneiros ao debate contemporâneo sobre transições para sustentabilidade”, *Nova Economia*, vol. 30, n. 2, pp. 629-654, 2020.
- GALEANO, Eduardo. *Patatas arriba. La escuela del mundo al revés*. Madrid: Siglo XXI, 1998.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1982.
- _____. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- _____. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- _____. *O imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- JACKSON, Tim. *Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito*. São Paulo: Planeta Sustentável, 2013.
- KEYNES, John Maynard. “Possibilidades econômicas de nossos netos” in: SZMRECSANYI, T. (ed.). *John Maynard Keynes*. São Paulo: Editora Ática, 1930, pp. 150–159.
- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Edições 70 - Brasil, 2009.
- LINHART, Danièle. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MAIR, Simon; DRUCKMAN, Angela; JACKSON, Tim. “A tale of two utopias: Work in a post-growth world”, *Ecological Economics*, 173, 106653, 2020.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. *O capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2012.
- PALLUDETTO, Alex Wilhans; ROSSI, Pedro. *O capital fictício: revisitando uma categoria controversa*. Campinas: Instituto de Economia, Texto para Discussão n° 347, 2018.
- RAWORTH, Kate. *Economia donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RUSSELL, Bertrand. *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- SANDEL, Michael. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SKIDELSKY, Robert; SKIDELSKY, Edward. *Quanto é suficiente?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.